

COMPORTAMENTO DE CUIDADO ENTRE CRIANÇAS UMA REVISÃO

Eulina da Rocha Lordelo
Universidade Federal da Bahia

Ana Maria Almeida Carvalho*
Universidade de São Paulo

RESUMO - Esta revisão teve por objetivo explorar a literatura referente a comportamento de cuidado entre crianças, com vistas a obter uma visão sobre os resultados disponíveis e a indicar, a partir deles, direções em que o estudo desse comportamento seria mais produtivo. A análise dos estudos revistos visou identificar evidências sobre a ocorrência do comportamento de cuidado entre crianças, relações com idade e sexo dos sujeitos, variações e contextos culturais, bases biológicas e efeitos sobre o desenvolvimento. Discute-se a questão da categorização desse tipo de comportamento, levantada pela heterogeneidade de termos e categorias encontrados na literatura, e conclui-se pela necessidade de estudos descritivos como base para a elaboração de um sistema de categorias adequado.

CARETAKING BEHAVIOR AMONG CHILDREN A REVIEW

ABSTRACT - The purpose of this paper was to review literature referring to caretaking behavior among children, in order to evaluate the available data, and to suggest productive directions for future research on this theme. The review looked for evidences on the occurrence of caretaking behavior among children, its relations with age and sex of the subjects, variations in cultural contexts, biological bases and effects on development. The discussion focuses on the question of categorization, which is brought out by the diversity of categories found in the literature. It is concluded that the study of caretaking behaviour lacks a descriptive approach, from which an adequate system of categories could be derived.

Trabalho adaptado de parte de dissertação de Mestrado apresentada pelo primeiro autor ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP, 1985.

* Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Caixa Postal 66261, São Paulo, SP, 05508.

As linhas de pesquisa sobre interação social focalizadas na vida da criança-criança são recentes e ainda não produziram um quadro compreensivo sobre a natureza das relações que se estabelecem na infância. Muita ênfase tem sido dada ao estudo da agressividade, enquanto outros aspectos têm obtido um destaque comparativamente menor.

É duvidoso que a maior quantidade de estudos focalizando agressividade nas relações entre crianças seja proporcional à importância desse sistema motivacional, ou ao peso quantitativo da agressividade enquanto categoria comportamental no repertório total da criança. Hay e Rheingold (1983) sugerem que esse viés é dado pela tendência adulta a prestar mais atenção ao comportamento agressivo da criança, em detrimento do comportamento social positivo, como uma decorrência do caráter conspícuo e eventualmente incômodo do primeiro.

A reversão dessa tendência, entretanto, vem se fazendo progressivamente nos últimos anos. Os estudos sobre relações entre irmãos têm indicado, algumas vezes, a ocorrência de comportamento social positivo, como ajuda, ensino e cooperação (Cicirelli, 1972; 1973; Lamb, 1979). Um certo número de estudos tem focalizado as relações de amizade entre crianças, inclusive nos primeiros anos de vida (Lewis e Rosenthal, 1975). Finalmente, sob o rótulo amplo de comportamento pró-social, tem sido estudado um tipo de comportamento tradicionalmente denominado altruísmo (Wispe, 1972). Embora a maioria dos estudos sobre altruísmo tenha empregado adultos como sujeitos, há relatos focalizando também o comportamento de crianças. Uma classe de comportamento especialmente interessante que aparece nessa área é aquela em que a criança apresenta, em relação a outra criança, comportamentos que mimetizam o comportamento adulto de cuidado e proteção. Esse é o tema no qual se centrou o interesse desta revisão.

Situar esse problema na literatura, entretanto, não é tarefa fácil, especialmente pela diversidade de terminologia empregadas por pesquisadores de áreas e/ou filiações teóricas diferentes. Comportamento pró-social, altruísmo, comportamento social positivo, comportamento maternal, etc, são apenas diferentes modos de designar o mesmo objeto, ou se referem a realidades independentes? Por exemplo, oferecer alimento, proporcionar conforto físico e apoio emocional, defender de perigos - estas ações devem ser chamadas comportamento pró-social, ou comportamento maternal, ou cooperação? Independentemente dos termos empregados, nem sempre é possível avaliar com segurança, a partir das informações oferecidas sobre o contexto de observação desses comportamentos e das definições deles apresentadas, se esses diferentes termos referem-se aos mesmos fenômenos, a sub-classes de um fenômeno geral, ou a comportamentos heterogêneos do ponto de vista motivacional e situacional.

Essa heterogeneidade de termos e conceitos foi a primeira dificuldade surgida ao se tentar abordar este tema, e levou a duas decisões iniciais: adotar, provisoriamente, o rótulo de *comportamento de cuidado* para designar o foco de interesse, na suposição de que este termo fosse mais descritivo do que os demais, e menos comprometido do ponto de vista teórico; e buscar, na literatura, além dos estudos que usassem essa designação, outros trabalhos que parecessem de alguma forma rela-

cionados ao mesmo tema, ainda que oriundos de metodologias diversas e usando diferentes rótulos. Os critérios utilizados para a avaliação de existência de relação com o tema foram relativamente flexíveis, incluindo, por exemplo: identificação de alguma semelhança na descrição dos comportamentos referidos nos vários estudos; identificação de uma *tonalidade afetiva positiva* nas interações focalizadas (excluindo-se, em princípio, estudos que focalizam interações agonísticas ou de disputa); identificação de uma característica ou habilidade, focalizada pelo estudo, que pudesse estar relacionada com o comportamento de cuidado (por exemplo, capacidade de assumir a perspectiva do outro, capacidade de discriminar tipos de parceiros sociais, etc).

Esperava-se, com esse procedimento, explorar a literatura de forma suficientemente abrangente, para obter uma visão sobre resultados já disponíveis na literatura que pudessem contribuir para a caracterização e delimitação do fenômeno que constituía o foco de interesse, e a partir dos quais se pudessem indicar direções em que o estudo sobre esse tipo de comportamento seria mais produtivo. Entre as questões que se esperava explorar nessa revisão incluíam-se as seguintes: Existe evidência sobre a ocorrência desse tipo de comportamento entre crianças? Sob que modalidades ele se apresenta, e como é categorizado na literatura? Como se relaciona com variáveis do sujeito e do contexto? Que interpretações lhe são atribuídas em termos de fatores determinantes e efeitos? Estas questões orientaram a organização desta exposição. As três primeiras questões são exploradas nos dois itens seguintes; a última é discutida no 3º e 4º itens; e a questão da categorização é retomada no item final.

Estudos sobre comportamento de cuidado: relações com idade e sexo

De modo geral, os diversos estudos que se relacionam ao comportamento de cuidado têm se ocupado em investigar suas relações com características das crianças entre as quais ocorre esse tipo de interação. Entre essas características, têm sido consideradas a idade, o sexo e as diferenças de idade entre os parceiros.

Freud e Burlingham (1944) publicaram uma descrição de comportamentos de crianças institucionalizadas, na qual mencionam comportamentos como consolo, conforto e ajuda, em crianças de menos de dois anos de idade.

Hay e Rheingold (1983) apresentam evidências sobre a ocorrência precoce (antes de 3 anos de idade) de comportamentos de compartilhar, cuidar, cooperar, confortar e ajudar, e argumentam que essas evidências forçam a uma revisão das teorias de socialização que consideram a criança pequena como dependente, egoísta ou anti-social.

Miller e Garvey (1983) relataram um estudo realizado com três grupos de crianças de 2, 2,5 e 3 anos, de ambos os sexos, em brincar de faz-de-conta, envolvendo papéis de mãe e bebê, com bonecas, outras crianças e adultos, em situação controlada de laboratório e ambiente natural. Nesse estudo, o comportamento maternal (*mothering*) foi definido como o desempenho de comportamentos apropriadamente dirigidos a bebês ou crianças pequenas, se desempenhados de um modo que se conformava ao *status* diferencial do relacionamento mãe-criança. Quatro categorias fo-

ram empregadas: comportamento afetivo, *nurturance*¹ controle e ensino². O comportamento verbal acompanhou o brinquedo numa proporção que variou de 11% para o grupo de crianças mais jovens, até 69% entre os mais velhos. Em relação ao conteúdo, houve alguma diferença conforme se tratasse de bonecas ou outras crianças, as bonecas recebendo menos *nurturance* e mais comportamento afetivo. A organização do conteúdo tornava-se mais complexa com o aumento de idade, e com mais evidência de sequências de atividades dirigidas a um objetivo. Com relação à comunicação, os resultados assinalaram a presença, entre as meninas, de um registro de voz peculiar, caracterizado pelo uso de vocativos, tom elevado, entonação exagerada, olhar fixo na face do bebê (ou boneca), inclinação do corpo em direção ao bebê, mantendo-o em posição face a face durante a fala.

Num estudo semelhante, Rheingold e Emery (citados por Hay e Rheingold, 1983) conduziram uma observação de 36 crianças de 18, 24 e 36 meses, em situação controlada de laboratório, na presença de suas mães e de objetos de uso doméstico, como carrinho de bebê, mamadeira, banheira, pente, além de bonecas e animais de brinquedo. Todas as crianças observadas exibiram comportamentos de cuidado (alimentar, transportar, dar banho, trocar, pentear, disciplinar) dirigido às bonecas e aos animais. Comportamentos afetuosos acompanharam os atos de cuidado em dois terços das crianças, e em 25% desses atos ocorria fala apropriada, semelhante ao padrão encontrado em adultos falando com bebês.

Um aspecto importante a assinalar nesses estudos é seu foco no brinquedo, em contraste com as ações espontâneas de cuidado real (ainda que não necessariamente adequado). A diferença entre um contexto de faz-de-conta e uma situação real pode ser crítica para o comportamento da criança. Miller e Garvey (1983) apontam a existência de muitas características comuns às duas situações, mas indicam também possíveis diferenças. Um exemplo disso seria o fato de que, na situação de brinquedo, as crianças tratam bonecas e bebês como se eles fossem seus próprios bebês, e os designam genericamente de *nenê*; um amigo ou um irmão, por sua vez, podem ser vistos primariamente como companheiro de brinquedo, ou como rival, o que poderia alterar o padrão de interação encontrado (Carvalho, 1982; Carvalho, no prelo).

A pesquisa sobre interação entre irmãos também forneceu dados para a clarificação do comportamento de cuidado entre crianças.

Cicirelli (1972) conduziu um estudo para verificar o efeito da relação de irmão na aprendizagem de conceitos. Foram amostrados quatro subgrupos, compostos da seguinte forma: meninos com irmãs mais velhas, meninos com irmãos mais velhos, meninas com irmãs mais velhas e meninas com irmãos mais velhos. A idade e o espaçamento de idade entre os parceiros foram mantidos constantes: crianças de 1ª série compunham o grupo de *aprendizes*, e crianças de 3ª série eram os *professores*. Em metade dos casos, as crianças mais velhas ensinavam a seus próprios irmãos, e a outra metade foi reagrupada com parceiros não irmãos. Os resultados mostraram que

1. Criação, educação, nutrição, cuidado. O termo foi mantido em inglês porque seus equivalentes em português não expressam inteiramente o sentido original.

2. Uma discussão sobre este e outros sistemas de categorias é esboçada no final deste trabalho.

as irmãs foram professoras mais eficientes do que os meninos e as meninas não-irmãs. A diferença relacionada ao sexo da criança foi interpretada em termos da teoria dos papéis, que sugere terem as meninas uma tendência a se identificarem com suas mães e professoras, mais do que o fazem os meninos.

Uma variação desse problema foi investigada por Stewart (1983), num estudo que visava determinar o papel do irmão mais velho como professor para o mais novo. Inicialmente, crianças de idade pré-escolar foram avaliadas em termos de sua habilidade de assumir a perspectiva conceitual do outro. Em seguida, solicitou-se a elas que ensinassem a seus irmãos mais jovens como operar uma câmera de brinquedo, após receberem instruções específicas para essa tarefa. Os resultados mostraram que as crianças mais capazes de assumir a perspectiva do outro eram os professores mais eficientes. Um aspecto importante deste estudo é a discussão da habilidade da criança em monitorar o comportamento do mais jovem, modificando o seu próprio comportamento de acordo com as mudanças que ocorrem no comportamento do outro.

A habilidade de assumir a perspectiva de outrem, relacionada especificamente a comportamentos de cuidado, foi investigada por Stewart e Marvin (1984), que realizaram um estudo envolvendo 57 mães, seus filhos de 3 a 5 anos, e o irmão mais novo, de 10 a 24 meses. As crianças mais velhas foram testadas para se determinar sua capacidade de assumir a perspectiva de outra pessoa. Os sujeitos foram então submetidos a uma situação planejada para produzir nos bebês uma leve reação de ansiedade de separação, de forma a verificar a possibilidade de que o irmão mais velho agisse como uma figura subsidiária de apego. Os resultados mostraram que 50% das crianças exibiram algum tipo de cuidado em relação ao bebê, incluindo aproximar-se e abraçá-lo, verbalizar garantia de retorno da mãe, e conduzi-lo para o meio da sala, oferecendo-lhe brinquedos e tentando distraí-lo. Encontrou-se relação entre a habilidade de assumir a perspectiva do outro e a ocorrência de cuidado. Quanto ao sexo, obteve-se uma participação ligeiramente mais alta das meninas no comportamento de cuidado; os meninos mostraram mais cuidado quando a criança mais nova era uma menina. A discussão dos resultados incluiu a consideração de suas implicações para a família, no sentido de que mãe e irmãos mais velhos cooperam na proteção aos membros mais jovens, de modo que uma mudança no comportamento da mãe, por exemplo, pode ser compensada pelo comportamento da criança mais velha.

Embora os comportamentos focalizados nesses estudos sejam diversificados (cuidado físico, confortar, ensinar, etc), pode-se supor que em todos os casos as situações envolvidas requerem que a criança ajuste seu comportamento às características do parceiro com quem está interagindo. Uma variação deste tema foi investigada por Brody, Stoneman e Mackinnon (1982). Foram observadas, em dias diferentes, crianças mais velhas e seus irmãos mais jovens, crianças mais velhas e seus melhores amigos, e ainda os mais velhos, os mais novos e os amigos, todos juntos. A idade dos irmãos mais jovens variou de 4 e meio a 7 anos, e a dos irmãos mais velhos de 8 a 10 anos, mantendo-se a diferença de idade entre 2 e 3 anos; os amigos eram do mesmo sexo e idade que os irmãos mais velhos. Os resultados mostraram que os irmãos mais velhos assumiam significativamente mais os papéis sociais dominantes

(professor, diretor) quando estavam brincando com os mais novos. Este comportamento se alterava quando estavam brincando com amigos, assumindo aí papéis sociais igualitários. No contexto de tríade, com a presença dos irmãos mais jovens e dos amigos, os mais velhos assumiam menos os papéis dominantes. Um aspecto relevante deste estudo é o fato de que as mudanças de comportamento podem ser atribuídas apenas às características dos parceiros com quem as crianças estavam interagindo, uma vez que as diferenças de estilo de interação foram obtidas com os mesmos sujeitos, observados em diferentes situações.

Estes resultados levantam também a questão do papel da diferença de idade entre os parceiros na regulação do comportamento. Cicirelli (1973) mostra que, em tarefas de classificação de objetos, crianças de pré-escola e de 2ª série foram mais eficientes quando acompanhadas de um irmão quatro anos mais velho, em comparação com outras acompanhadas de irmãos apenas dois anos mais velhos. Encontrou também uma tendência dos mais jovens para aceitarem mais ajuda dos mais velhos quando a diferença de idade era maior.

Abramovitch, Corter e Lando (1979) conduziram um estudo sobre padrões de interação entre irmãos em situação de brinquedo livre, na casa das crianças. As observações foram planejadas de modo a incluírem duplas de irmãos do mesmo sexo, em que o mais novo tinha em média 20 meses, e o outro era 1-2 anos mais velho (intervalo pequeno) ou 2,5-4 anos mais velho (intervalo grande). Foram categorizados comportamentos agonísticos, imitação, e comportamentos pró-sociais, que incluíam itens como dar/compartilhar objetos, cooperar/ajudar, pedir gentilmente, elogiar/aprovar, confortar/reassegurar, exibir afeto físico, rir/sorrir e aproximar-se. O significado da categoria *comportamento pró-social* neste estudo parece ser, portanto, mais abrangente do que a de *comportamento de cuidado*, equivalendo melhor a *comportamento social positivo*. Os resultados apontam um efeito significativo de sexo em relação a essa categoria: meninas mais velhas, em ambos os intervalos de idade, apresentaram mais comportamento social positivo, e, segundo os autores, pareciam agir como *mãezinhas*. Não foi encontrado efeito do intervalo de idade. No entanto, como apontam os próprios autores, o delineamento utilizado confunde até certo ponto as variáveis idade e intervalo de idade, uma vez que as crianças mais velhas estavam necessariamente no grupo de maior intervalo de idade. Em dois estudos subsequentes, dando continuidade ao mesmo projeto (Abramovitch, Corter e Pepler, 1980; Abramovitch, Corter, Pepler e Stanhope, 1986) e nos quais foram obtidos resultados basicamente semelhantes, o delineamento também não manipulou independentemente essas duas variáveis.

Resultados diferentes quanto ao efeito do espaçamento de idade são oferecidos por Whiting (1983) que, numa amostra coletada no Sub-Saara africano, selecionou e registrou comportamentos dirigidos por crianças de 2 a 12 anos a cinco tipos de parceiros de interação: bebês, crianças mais de três anos mais jovens, crianças um ou dois anos mais jovens, crianças três ou mais anos mais velhas, e mães. Nas seis comunidades amostradas, a maior proporção de *nurturance* ocorreu dirigida a crianças mais de três anos mais jovens.

Os dados revistos sugerem que comportamentos de cuidado podem ocorrer bem precocemente - já durante o segundo ano de vida. Com exceção de Miller e Garvey (1983), os estudos não investigaram sistematicamente o efeito de idade na ocorrência e características do comportamento; a variável espaçamento de idade foi mais contemplada, mas sem resultados conclusivos. Em relação à variável sexo, os dados também não são inteiramente consistentes.

Maccoby e Jacklyn (1974) revisaram estudos sobre diferenças de sexo com respeito ao comportamento de ajuda a outros. De um total de dez estudos utilizando crianças como sujeitos, apenas dois encontraram diferenças de sexo, a favor das meninas.

Um estudo posterior à revisão de Maccoby e Jacklin foi realizado por Berman, Monda e Myerscough (1977). Foram observados meninos e meninas de diferentes idades, numa área onde estava um bebê. Os resultados mostraram que as meninas, independentemente de idade, gastavam significativamente mais tempo na área quando o bebê estava presente, em contraste com uma situação de controle. Quanto aos meninos, verificou-se que os mais velhos gastavam menos tempo na presença do bebê do que na situação controle, enquanto para os meninos mais novos não houve diferença significativa.

Hoffman (1977) revisou 15 estudos independentes que avaliaram crianças de 0 a 10 anos de idade utilizando diversas medidas de empatia. Em todos os casos, as meninas obtiveram escores mais altos do que os meninos, embora a diferença só tenha sido significativa em seis estudos. Outros 15 estudos em que crianças (3 a 16 anos) discriminavam estados emocionais ou sentimentos em outras pessoas mostraram apenas uma ligeira tendência das meninas para a obtenção de escores mais altos, e seis estudos não encontraram nenhuma diferença entre os sexos. Hoffman conclui pela maior capacidade das meninas em empatia, como parte de uma orientação afetiva pró-social.

Os resultados de Miller e Garvey (1983) apontaram diferenças entre os sexos no brinquedo maternal. Embora as condições de observação não tenham incluído meninos e meninas nas mesmas circunstâncias de forma equilibrada, alguns resultados são sugestivos: no grupo de 2,5 anos, observou-se que os meninos, embora mostrassem interesse no brinquedo, fazendo perguntas e mantendo-se atentos, não se envolveram ativamente com os bebês (ou bonecas). Além disso, a frequência de fala maternal foi muito baixa entre os meninos, estando ausente quando eles assumiam o papel de pais, ocasião em que mostravam na fala sinais de severidade e irritação. De modo geral, a participação dos meninos se deu na forma de perguntas sobre o brinquedo, revelando conhecimento das características dos papéis representados e ajudando a estruturá-los melhor. Os meninos de três anos recusaram-se a aceitar o papel de bebês, mas, seguindo a sugestão das meninas, assumiram o papel de pais.

Rheingold e Emery (citados por Hay e Rheingold, 1983) encontraram diferenças de sexo quanto a comportamento de cuidado dirigido a bonecas e animais de brinquedo: meninos e meninas diferiram quanto às categorias de comportamento apresentadas, os meninos carregando mais as bonecas e animais em carrinhos, e as meninas envolvendo-se mais em ações como trocar fraldas, limpar, pentear.

Alguns estudos exploraram também efeitos da composição sexual da dupla de parceiros. Quanto à orientação para crianças mais jovens, Melson e Fogel (1982), estudando interações de crianças de 24 a 64 meses, encontraram, em geral, mais comportamentos de aproximação a um bebê quando este era do mesmo sexo. As meninas mais jovens mostraram-se mais interessadas em bebês que os meninos da mesma idade. No grupo de crianças mais velhas, as meninas mostraram-se mais fortemente interessadas em bebês do mesmo sexo, enquanto os meninos permaneceram mais próximos e exibiram menos comportamento negativo quando o bebê era do sexo oposto.

Em síntese, tomando-se o conjunto desses estudos, o sexo da criança tende a ser visto como um fator relacionado à frequência do comportamento, ou pelo menos a tipos diferentes de cuidado. É possível que a heterogeneidade dos comportamentos focalizados nesses estudos seja responsável pelos resultados discrepantes. Quanto ao efeito da composição sexual da dupla, alguns dados sugerem superioridade das meninas em duplas do mesmo sexo, e dos meninos com parceiros do sexo oposto, em comportamento amistoso e de interesse por bebês.

Estudos sobre comportamento de cuidado: variações e contextos culturais

Quase todos os estudos mencionados até agora foram realizados em contextos culturais de sociedades que não usam crianças como agentes de cuidado. Além disso, vários deles focalizaram crianças em idade pré-escolar. Isto significa que as crianças apresentam comportamento de cuidado em relação a irmãos ou outras crianças independentemente de serem chamadas a fazê-lo em cumprimento a um papel social definido ou em função de um treinamento específico; a idade em que esses comportamentos aparecem, aliás, é muito inferior àquela em que a criança teria capacidade física para cuidar de outra de modo eficaz.

O fato de uma criança assumir tarefas de cuidado como parte de sua contribuição para o trabalho da comunidade poderia, de certa forma, dificultar o estudo dos fatores envolvidos nesse padrão comportamental. No entanto, se se admitir que as práticas culturais não moldam arbitrariamente o comportamento da espécie, pode ser de interesse examinar as sociedades que usam crianças como agentes de cuidado, verificando as formas pelas quais esse tipo de comportamento se manifesta, e as implicações dessas práticas para os indivíduos envolvidos - crianças mais novas, mais velhas, pais e outros adultos relacionados.

Weisner e Gallimore (1977) apresentam dados de diversas sociedades em que o *caretaking*³ infantil tem um lugar importante na vida das crianças, mas não necessariamente um caráter de trabalho. O cuidado a crianças mais jovens se dá, muitas vezes, enquanto a criança mais velha participa das atividades de grupos de brinquedo de idade multivariada. Entre esses casos estão os *infaluk*, nas Carolinas Centrais, os *desun*, na Malásia, e os *hopi*.

Barry, Bacon e Child (1957), em um levantamento realizado em 110 culturas de diversas partes do mundo, constataram que, na maioria delas (82%), há fortes pres-

3. Tomar conta, cuidar. Termo mantido em inglês (bem como, adiante, seu derivado *caretaker* - o que toma conta), pela dificuldade de se encontrar seu equivalente em português.

sões dirigidas às crianças do sexo feminino em termos de treino em tarefas de assistência e cuidado a irmãos mais jovens ou outras pessoas dependentes. Atribuem as diferenças de pressões de socialização a razões culturais, correlacionadas com a organização econômica das sociedades, que fariam tanto mais diferenciação entre os sexos quanto mais a atividade econômica vigente envolvesse uma divisão rígida de trabalho por sexos, em decorrência da presença de atividades que requeiram grande força física. Ao contrário, predominando atividades econômicas mais leves - como é o caso, inclusive, das modernas sociedades industriais mecanizadas - diminuiriam as pressões no sentido de diferenciação de papéis sexuais.

Outros estudos descrevem relações entre crianças envolvendo comportamento de cuidado: Spiro (citado por Weisner e Gallimore, 1977) menciona crianças visitando outras mais jovens nos *kibbutzin* de Israel, e desempenhando tarefas de cuidado em substituição a adultos. Mead (1961), relatando a educação das crianças samoanas, mostra que, após o desmame, os bebês passam aos cuidados de meninas entre 6 e 7 anos, que vigiam atentamente os menores, de modo a impedi-los de se envolverem em atividades inadequadas ou perigosas, distraí-las quando choram, etc. As jovens pajens, por sua vez, são vigiadas pelas adolescentes, que estão continuamente dando ordens, advertindo, reclamando e punindo suas eventuais falhas.

Leiderman e Leiderman (citados por Weisner e Gallimore, 1977) descreveram as práticas de cuidado a bebês entre os *kikuyu*, do Quênia. As crianças mais velhas, tipicamente meninas, irmãs, primas ou vizinhas de 7 a 12 anos iniciam o cuidado aos bebês desde que estes têm quatro meses. À medida em que os bebês crescem, o tempo de permanência com as crianças maiores aumenta, até que, por volta dos 7 ou 8 meses, eles passam metade do dia com elas.

Konner (1976), descrevendo os *kung-san* do deserto do Kalahari, aponta o grupo de brinquedo de idade multivariada como o arrajo mais comum para o cuidado das crianças, que permanecem exclusivamente com a mãe durante muito pouco tempo.

A presença de crianças cuidando de outras na maior parte das culturas levanta algumas questões interessantes, entre as quais as que se referem a uma possível base biológica desse comportamento, que as práticas culturais poderiam estar modulando.

Bases biológicas e funções do comportamento de cuidado

Whiting (1983) associa o comportamento pró-social tanto a fatores genéticos como ambientais. Um possível indício de uma base genética seria a diferença encontrada entre os sexos: o comportamento pró-social seria mais frequente nas meninas, embora não ausente nos meninos, particularmente em sociedades nas quais a divisão de trabalho é menos rígida, segundo revisão de Weisner e Gallimore (1977). Embora essa diferença evidentemente possa ser atribuída a práticas de criação, e não a tendências comportamentais inatas ligadas ao sexo, D'Andrade (1966), comentando os dados de Whiting, chama a atenção para o fato de que as maiores diferenças entre os sexos ocorriam entre as crianças mais jovens (3 a 6 anos) e não nas mais velhas (7 a 10 anos), o que enfraquece a hipótese de que as diferenças sejam devidas básica-

mente a treinamento diferencial dos sexos. Na mesma direção, ainda segundo D'Andrade, apontam os resultados de Spiro a respeito de crianças criadas em *kibbutz*: embora nas práticas de criação do *kibbutz* as diferenças entre os sexos sejam deliberadamente reduzidas, Spiro encontra maior frequência de comportamentos pró-sociais (incluindo ajudar, compartilhar e agir afetuosamente) entre as meninas, e conclui que, nessa cultura, essas diferenças seriam melhor explicadas pela hipótese de tendências inatas ligadas ao sexo.

Analisando a questão biologia versus cultura na determinação do comportamento pró-social, Krebs (1983) afirma que os dados disponíveis sugerem apenas que os machos têm uma predisposição menos forte ou menos confiável do que as fêmeas para se engajarem em comportamentos de cuidado em relação a crianças, e admite que essas predisposições podem ser suplantadas pela cultura, onde esse tipo de divisão de trabalho se revelar pouco adaptativo.

Em que consistiria exatamente essa base biológica? Como aponta Carvalho (1987; 1989; no prelo), a questão das bases biológicas do comportamento deve ser qualificada em pelo menos dois aspectos, para que se torne útil no enfoque ao comportamento humano. Por um lado, diferentemente da concepção leiga corrente, biológico não se confunde com genético: o genético é um dos instrumentos ou componentes de que os sistemas biológicos dispõem para sua evolução e adaptação (Carvalho, 1989); dizer que um sistema comportamental tem base biológica não significa, portanto, afirmar que sua organização e características estejam pré-determinadas geneticamente (ou que sejam "inatas"). Por outro lado, tanto fatores genéticos como ambientais podem exercer seus efeitos de muitas maneiras diferentes (Carvalho, 1987; no prelo): o fato de um comportamento ser suscetível a efeitos de experiência, ou mesmo depender de certas formas de experiência para se manifestar, não implica na ausência de uma base biológica, que pode se expressar, por exemplo, em sensibilidade diferencial a certos estímulos, em predisposições para a aprendizagem.

Em busca de uma base biológica específica para o comportamento de cuidado, Whiting (1983) sugere a existência, nas fêmeas, de uma resposta inata às características físicas dos bebês, que teria como consequência uma maior facilidade das meninas para aprenderem comportamentos de cuidado a crianças. Numa direção semelhante, a idéia de sensibilidade diferencial dos sexos a certos tipos de estimulação como um dos mecanismos biológicos subjacentes ao comportamento de cuidado foi explorada por Sagi e Hoffman (1976). Bebês com 36 horas de vida foram expostos a estímulos auditivos que consistiam no registro de choro espontâneo de um bebê, ou de um som sintético, produzido por computador, e semelhante ao choro natural em suas propriedades físicas. Os bebês expostos a esses estímulos apresentaram aumento significativo de choro em contraste com um grupo-controle; houve menos respostas de choro ao som sintético, e foram encontradas diferenças de sexo, a favor das meninas, na frequência da resposta de chorar. Os autores interpretam esses resultados em termos de uma maior responsividade das fêmeas ao choro de bebês, como parte de uma reação inata de "empatia". Deve-se reconhecer, no entanto, que a interpretação desses resultados é complexa, e poderia ser conduzida em outras dire-

ções (por exemplo, diferenças sexuais em excitabilidade geral, ou outros mecanismos).

Um outro estudo relacionado a esta questão foi conduzido por Zahn-Waxler, Radke-Yarrow e King (1983) para testar a reação de crianças de várias idades, desde pré-escolares até adolescentes, ao choro de bebês. O experimento constituiu em fazê-las escutar, de uma sala contigua, o choro de uma criança. Em seguida, a mãe entrava na sala, carregando um bebê e procurando sua mamadeira. As respostas das crianças, incluindo expressões faciais, gestos e verbalizações, foram registradas, bem como suas respostas a questões formuladas sobre as emoções provocadas pelo choro. Em todas as idades, as crianças verbalizaram intenção de ajudar, e apresentaram comportamentos de ajuda efetiva (apontar a mamadeira, pegar a mamadeira e alimentar o bebê). As meninas só foram superiores aos meninos nas respostas verbais de empatia; os autores sugerem que essa diferença possa ser responsável pela concepção corrente de que as meninas são mais pró-sociais do que os meninos.

Uma outra linha de evidência a respeito dessa questão se refere aos efeitos de experiência e aprendizagem. Como já foi apontado, comportamentos biologicamente pré-organizados não são imunes a efeitos de experiências; na maioria dos casos, ao contrário, a pré-organização inclui e prevê a suscetibilidade a certos tipos de experiências selecionadas - como, por exemplo, no caso da estampagem em aves, ou do apego mãe-filho em primatas, inclusive no ser humano. A evidência na direção de uma organização biológica do comportamento não reside, portanto, na sua ocorrência na ausência de qualquer efeito ambiental, mas sim em aspectos como a facilidade ou a especificidade de condições em que esses efeitos se manifestam, bem como na ocorrência do comportamento quando as condições de aprendizagem, como modelação ou condicionamento, parecem atuar em direção oposta ou pouco propícia à sua manifestação. Assim, por exemplo, um interessante estudo realizado por Watkins e Bradbard (1984) mostra que mesmo crianças que tiveram experiências de maus-tratos exibem comportamentos de cuidado dirigidos a bonecas e outras crianças, na mesma proporção em que foram apresentados por um grupo de controle. Estes resultados devem ser interpretados com cautela, uma vez que, por um lado, só indicam que a experiência de maus-tratos não impediu o aparecimento de comportamentos de cuidado, o que não significa que nenhum tipo de experiência seja relevante para o aparecimento desses comportamentos; por outro lado, mesmo o diagnóstico de criança maltratada não implica em completa privação de modelos de cuidado. De qualquer forma, são resultados sugestivos na direção de algum tipo de predisposição para a instalação desse sistema.

O domínio de habilidades de cuidado exige algum treino específico, ou poderia ser resultante, por exemplo, de aprendizagem no contato direto com a mãe? Desde que grande parte das interações dos adultos com as crianças pequenas se dá através de comportamentos de cuidado, poder-se-ia esperar que uma orientação pró-social desse tipo resultasse dessas experiências, possivelmente igualando meninos e meninas em termos de resultados prováveis, desde que se admita que as mães apresentem o mesmo padrão básico de cuidado em relação a filhos de ambos os sexos. Goshen-Gottstein (1981) realizou um estudo focalizando as interações de mães com

seus filhos gêmeos, trigêmeos e quadrigêmeos de sexos opostos, na idade de 5 a 42 meses, para determinar possíveis diferenças no comportamento materno em relação à socialização das crianças. Entre os resultados encontrados, a autora assinala que as mães solicitam e reforçam mais ajuda em suas filhas do que nos filhos, e que o comportamento de ajuda era mais forte entre as meninas. Como aponta a autora, no entanto, não se pode especificar se essas diferenças são devidas a uma tendência mais forte das meninas no sentido de adquirirem comportamento de cuidado, determinando a solicitação mais frequente da mãe, se a determinação segue a ordem inversa, ou, o que talvez possa ser considerado mais provável, se ocorre nos dois sentidos, num sistema de interação e retroalimentação. Deve-se lembrar, ainda, que, mesmo imaginando que o comportamento da mãe não fosse regulado, pelo sexo da criança, poder-se-ia esperar um efeito maior dessa experiência sobre as meninas, em decorrência de um processo de identificação sexual. A importância do processo de identificação sexual na transmissão e preservação de papéis sexuais característicos de cada cultura, bem como na construção da identidade sexual da criança, é apontada por Kohlberg (1966). Nesse sentido, as diferenças sexuais em comportamento de cuidado poderiam ser compreendidas não necessariamente como expressão de uma base biológica específica para esse tipo de comportamento, mas de um mecanismo mais genérico constituído pela tendência à identificação - como, aliás, foi sugerido por Cicirelli (1972).

Os estudos revistos acima indicam que a busca de mecanismos que possam constituir uma base biológica específica para este tipo de comportamento ainda se encontra numa fase exploratória, talvez por falta de hipóteses produtivas que a orientem. Isto não deveria justificar, no entanto, o abandono da hipótese de uma pré-organização desse sistema comportamental, que pode ser pensado, inclusive, como um sistema afetivo separado, com características motivacionais próprias, e com funções adaptativas relevantes, principalmente na interação entre parceiros de idades diferentes, ou que, por qualquer outro motivo, têm tendência a interações assimétricas. Konner (1976), por exemplo, aponta, como algumas vantagens adaptativas desse tipo de relação, a transmissão não-genética de conhecimentos, as oportunidades para treinamento em tarefas parentais, a proteção mais extensiva das crianças mais jovens e a facilitação da integração dos mais jovens ao mundo social mais amplo; seria de esperar, diante dessas possíveis implicações, que alguma inclinação das crianças a esse tipo de interação fosse selecionada ao longo da evolução da espécie. Esta posição é corroborada, sob outro ângulo, pela análise sociológica de Eisenstadt (1976), que defende o ponto de vista de que a interação entre diferentes graus etários é condição essencial para o funcionamento e a continuidade dos sistemas sociais. Entre as funções que as relações entre diferentes grupos etários cumprem, estariam a transmissão de conhecimentos, técnicas e valores sociais, e a aprendizagem de papéis sociais específicos.

Uma outra questão que deve ser levantada em relação à possibilidade de uma base biológica para este tipo de comportamento se refere à existência, ou não, de condições favoráveis ou possíveis para sua seleção no ambiente evolucionário humano. Neste contexto, é interessante lembrar a argumentação de Konner (1976): este

autor sugere que o grupo de brinquedo formado por crianças de várias idades teria sido o arranjo ambiental original no qual se dava a socialização do indivíduo. Baseia seu ponto de vista no fato de que, entre os primatas superiores, não há agrupamentos de pares da mesma idade, devido ao longo tempo de gestação, ao nascimento único como regra, e outros fatores demográficos. Analisando o modo de vida dos bosquímanos do Kaiahari, Konner mostra que a probabilidade de um bebê, ao fim do primeiro ano de vida, ter no grupo um parceiro da mesma idade é de 44%; 11% para dois parceiros, e 2,75% para três. Esses cálculos consideram os membros do grupo como um todo. Quanto a irmãos, o espaçamento entre os nascimentos é de aproximadamente quatro anos; acredita-se que uma mulher não pode ter filhos com um espaçamento menor, desde que o tempo de aleitamento natural é grande, e a mãe não poderia alimentar mais de uma criança ao mesmo tempo; isto, evidentemente, inviabiliza a existência de irmãos com pequeno intervalo de idade, tal como ocorre atualmente. Supondo que este tipo de arranjo social tenha caracterizado o ambiente evolucionário original, Konner sustenta que não seria esperado que as crianças tivessem tendências comportamentais pré-organizadas para a interação com parceiros exatamente da mesma idade.

Sendo incomuns as relações entre parceiros de mesma idade em primatas mais próximos do homem, e em povos representativos das condições ambientais em que a espécie humana evoluiu, como devem ser julgadas as práticas de criação nas sociedades urbanas modernas? Para as instituições educacionais modernas, o nivelamento etário é pedra basilar, sem a qual considera-se inviável, ou no mínimo difícil, promover o desenvolvimento intelectual dos jovens. Os modernos jardins de infância e creches organizam suas rotinas de forma a agrupar as crianças exatamente pela idade, às vezes com precisão de meses. Essas práticas apoiam-se, entre outras coisas, na prioridade ao desenvolvimento cognitivo subjacente à ideologia da educação no mundo moderno, em detrimento dos aspectos de competência social e desenvolvimento afetivo da criança. A esse respeito, Rubin (1982) assinala a extrema consciência que tem o Ocidente, transmitida inclusive para as crianças, dos papéis e atributos característicos de cada idade. Não é surpreendente, portanto, a ação segregacionista de pais, educadores, e, eventualmente, das próprias crianças, quando se trata de escolher amigos, organizar classes escolares e grupos de brinquedo.

Práticas desse tipo certamente merecem ser reconsideradas criticamente à luz dos conhecimentos que vêm sendo obtidos sobre as relações entre a criança e os diversos tipos de parceiros sociais com quem ela interage. Na conclusão de Konner (1976, p. 123), *"urge uma consideração das relações de jovens não-pares como um sistema afetivo separado, com características e, talvez, importância funcional únicas. Urge procurar descobrir qual pode ser o custo, para nossas crianças, de as colocarmos tanto tempo com crianças precisamente da mesma idade"* - e/ou, complementarmente, da pouca oportunidade de contato com uma diversidade maior de parceiros. Isto recoloca a questão da função do comportamento de cuidado sob o ponto de vista de seus possíveis efeitos.

Efeitos do *caretaking* infantil

Os estudos revistos mostram que pelo menos a ocorrência de comportamento de cuidado entre crianças, e de orientação positiva para crianças mais jovens, está documentada de forma bastante consistente. Quando se permite que crianças de diferentes idades entrem em contato, ou quando as práticas de educação das crianças envolvem o uso de mais velhos no cuidado aos mais jovens, um certo número de efeitos pode ser esperado. A análise desses efeitos, assim como toda a literatura relacionada a outros aspectos deste tema, provém de fontes diferentes, o que deve ser levado em conta, quando das possíveis conclusões.

Whiting (1974) encontrou diferenças significativas no comportamento de crianças que ocupavam a posição de mais velho na família, numa amostra de Orchard Town, Nova Inglaterra. Essas crianças mostraram uma incidência maior de comportamentos de buscar atenção, em comparação com os mais novos. Esse tipo de comportamento, geralmente considerado um indício de ansiedade, era, ao contrário, mais frequente nas crianças que ocupavam a posição de mais novo nas outras sociedades que compunham a amostra. Esses dados foram interpretados como indicadores de falhas na auto-confiança das mães primíparas da amostra de Orchard Town, que provinham de famílias pequenas, provavelmente tendo tido pouca oportunidade de cuidar de bebês e crianças jovens. Nas outras sociedades da amostra, as próprias mães reconhecem explicitamente que a criança mais nova da família é prejudicada em seu desenvolvimento social, por não ter oportunidade de cuidar de um irmão menor; e, pelo menos entre os *yoruba*, da Nigéria, é comum que essas crianças sejam entregues a parentes próximos, que tenham bebês na família, para que possam ser adequadamente socializadas.

Weisner (1981), analisando os possíveis efeitos da urbanização sobre a tensão emocional, sugere que as menores oportunidades de experiência de cuidado a bebês antes da maternidade, característica mais comum aos ambientes urbanos do que aos rurais, pode ser um fator de perturbação da relação mãe-filho nos ambientes urbanos.

Também têm sido apontados benefícios para a criança que cuida, do ponto de vista do seu desenvolvimento cognitivo. Bargh e Schul (1980) defendem a posição de que a atividade de ensinar algo a alguém resulta em benefício cognitivo para quem ensina. Baseiam esse ponto de vista em uma pesquisa realizada com estudantes, aos quais se pediu que estudassem material verbal para si próprios ou para ensiná-lo posteriormente a outros estudantes; um desempenho significativamente mais alto foi encontrado entre os estudantes que trabalharam com vistas a ensinar a outros o material aprendido.

Outro tipo de efeito do *caretaking* infantil é apontado por Whiting (1983), no sentido de um maior desenvolvimento da responsabilidade social, traduzida em comportamento pró-social, responsável e educacional.

Diversos tipos de benefícios também têm sido apontados para a criança que é objeto da ação de cuidado. Ross e Goldman (citados por Vandell e Mueller, 1980), estudando padrões de interação entre crianças de 18 meses e parceiros de um ou dois anos, encontraram respostas sociais mais frequentes e mais complexas quando

os sujeitos estavam interagindo com parceiros mais velhos. Vandell e Mueller (1980) sugerem que a criança mais velha pode apresentar para a mais nova o máximo de vantagem, resultante de sua condição intermediária entre o parceiro da mesma idade e o adulto. Assim, a criança mais velha poderia ser menos dominante do que os pais na iniciação do contato, e ao mesmo tempo menos responsiva, obrigando a mais jovem a despender mais esforços para efetivar a comunicação. Por outro lado, a criança mais velha tem mais habilidades sociais do que um par da mesma idade podendo, portanto, ser um parceiro mais responsivo do que aquele. As vantagens do parceiro mais velho trariam benefícios também para as relações entre crianças da mesma idade, na medida em que a criança mais velha poderia ajudar a menor a reconhecer um parceiro potencial, especialmente no caso de crianças que não têm irmãos maiores e têm dificuldade em realizar a transição da interação com adultos para a interação com outras crianças.

Um resultado nessa mesma direção é descrito por Camaioni (1980): analisando a interação entre crianças de 20 e de 30 meses, pareadas com um coetâneo e com um não-coetâneo, ela sugere que, no caso das crianças menores (20 meses), a emergência de modalidades mais complexas de interação pode ser facilitada quando a criança interage com um parceiro mais competente.

Weisner e Gallimore (1977) atribuem ao *caretaking* infantil efeitos sobre o apego mãe-filho: as crianças que dispõem de *caretakers* múltiplos teriam menos perturbações em relação à separação da mãe; a relação mãe-filho ganharia em qualidade quando irmãos mais velhos participam do cuidado aos menores, uma vez que isso aliviaria os encargos da mãe, e aumentaria sua disponibilidade para interações prazerosas com o bebê.

Neste contexto, são sugestivos os dados de Samuels (1980), que observou bebês de 23 meses em situação de brinquedo livre, na presença e na ausência do irmão mais velho. Os resultados mostraram que, na presença dos mais velhos, os bebês afastavam-se mais da mãe e ficavam mais tempo longe dela, mostrando, portanto, um comportamento mais independente.

Crianças mais velhas já foram usadas como agentes de estimulação precoce para bebês que vivem em grupos sócio-econômicos carentes, com resultados positivos, segundo Ferres, Bosh, Marin e Adriasola (1981).

Efeitos negativos do *caretaking* infantil foram apontados por Mead (1968). Entre os habitantes de Nova Guiné e Samoa, certas diferenças de personalidade seriam devidas a diferentes estilos de *caretaking*, sendo favorecidos aqueles que não eram cuidados por crianças. Nesse caso, a vantagem assinalada referia-se ao desenvolvimento de diferenças individuais na personalidade, mais prováveis quando a interação com os pais fosse mais intensiva. Weisner e Gallimore (1977) alertam para a necessidade de revisão mais acurada do assunto e sugerem que a interpretação dos dados deve estar condicionada à avaliação dos valores de cada cultura, que pode atribuir pesos diferentes à criatividade, independência e realização pessoal dos indivíduos.

Em síntese, a literatura de modo geral aponta efeitos positivos no comportamento de cuidado entre crianças, expressos em treinamento em funções importantes

para a vida adulta, desenvolvimento de responsabilidade e desenvolvimento cognitivo da criança que cuida, influência positiva na relação mãe-filho, desenvolvimento da autonomia e preparação para relações com pares de idade no caso da criança que é cuidada. As sugestões de efeitos negativos se referem à formação da personalidade, pelo menos quando as crianças são cuidadas predominantemente por outras crianças.

Perspectivas

A literatura revista aqui evidencia a presença, no repertório de crianças bem pequenas, de padrões complexos de comportamentos sociais que mimetizam o comportamento adulto de cuidado, até em detalhes expressivos como a "fala maternal". Seriam esses padrões um exercício de imitação, ou de faz-de-conta, ou deveriam ser considerados como expressão de um sistema motivacional específico, desencadeado por características do parceiro social e/ou por variáveis do contexto e da própria criança? Carvalho (1982) sugere que a ocorrência desse tipo de padrão seja mediada por uma avaliação e classificação do parceiro como "bebê" ou "menor"; esta sugestão é compatível com algumas das indicações da literatura, revistas acima, no sentido do aumento de probabilidade de ocorrência de cuidado entre parceiros com maiores diferenças de idade. As diferenças entre os sexos, embora nem sempre consistentes, também são compatíveis com a idéia de um sistema motivacional com funções próprias e com características diferentes das que ocorrem na interação entre iguais.

O que a revisão acima aponta mais claramente, no entanto, é que o estado atual de conhecimento sobre esse fenômeno permite pouco mais do que especular sobre essas questões. A heterogeneidade de terminologias e de categorias adotadas nos vários estudos, muitas vezes agravada pela ausência de descrições mais precisas dos comportamentos nelas incluídos, impede uma avaliação adequada sobre a homogeneidade dos fenômenos focalizados sob esses diversos rótulos - o que é uma condição inicial para que seja cabível colocar questões sobre a natureza desses fenômenos e suas relações com variáveis de qualquer tipo. Essa heterogeneidade, aliás, é possivelmente um dos fatores subjacentes a muitas das inconsistências notadas nos resultados revistos.

A categorização mais precisa e bem definida é a proposta por Whiting (1983), que distinguiu comportamentos *nurturants* e de dominância pró-social. Na primeira categoria, comportamentos *nurturants*, definidos como aqueles em que o sujeito tem a intenção de satisfazer a necessidades e desejos do outro, estariam incluídos oferecer alimento, bens materiais, conforto emocional, apoio, aprovação e privilégios, quando o sujeito controla os recursos necessários para atender a essas necessidades e desejos do outro. Na segunda categoria, dominância pró-social - comportamentos em que o sujeito tem a intenção de mudar o comportamento do outro para satisfazer regras sociais -, estariam incluídos "*sugestões e ordens para influenciar o outro a obedecer regras de etiqueta, refrear ações perigosas para o seu bem estar físico, ou afastá-lo de atos que são culturalmente proscritos e levá-lo a desempenhar aqueles que são requeridos como a contribuição esperada do outro para a família e a comunidade*" (p.

228). Embora não seja isenta de problemas - não especifica os critérios pelos quais foi construída e recorre a julgamentos de intenção, que podem introduzir alguma dificuldade em sua utilização prática - esta categorização tem o mérito de delimitar, pelo menos em alguns aspectos, os fenômenos a que se aplica, e de tentar explicitar o que justifica a suposição de homogeneidade dos eventos incluídos e cada categoria - ainda que esta justificativa envolva um julgamento de intenção.

Na categorização utilizada por Miller e Garvey (1983), as categorias de Whiting aparecem subdivididas em quatro: comportamento afetivo e *nuturance* (correspondendo, aparentemente, aos comportamentos incluídos por Whiting na categoria *nuturance*), e ensino/controle, subdivisão da categoria *dominância pró-social*.

Muitos dos comportamentos referidos na revisão acima se relacionam a esses dois sistemas de categorias. Em diversos casos, no entanto, essas relações não são claras. Quando se inclui, por exemplo, numa categoria de *comportamento social positivo*, ou sob o nome de *comportamento pró-social*, ações como sorrir ou oferecer um objeto, sem utilizar um critério de intenção como o de Whiting, ou pelo menos um critério de contexto, corre-se o risco de homogeneizar indevidamente fenômenos possivelmente diferentes do ponto de vista motivacional - como a oferta de um objeto numa situação de brinquedo cooperativo e a oferta de um objeto com o objetivo de divertir ou consolar o outro. A inclusão de comportamentos que têm bases motivacionais diferentes numa mesma categoria tende a dificultar a obtenção de relações consistentes entre o comportamento e as variáveis em relação às quais ele é pesquisado. Como já foi apontado acima, este pode ser um dos fatores subjacentes à heterogeneidade de resultados que se verificou em alguns dos tópicos abordados neste trabalho.

Nesse sentido, esta revisão de literatura aponta para a necessidade de cumprir uma etapa essencial para o avanço do conhecimento sobre o tema - a descrição cuidadosa do comportamento, especialmente em situação natural, incluindo variações programadas nas variáveis que a literatura aponta como potencialmente relevantes (por exemplo, a diferença de idade entre os parceiros), com vistas a uma análise que contribua para a construção de um sistema de conceitos e de categorias adequado à compreensão deste tipo de relações entre crianças.

REFERÊNCIAS

- Abramovitch, R., Corter, C. & Lando, B. (1979). Sibling interaction in the home. *Child Development*, 50, 997-1003.
- Abramovitch, R., Corter, C. & Pepler, D. J. (1980). Observations of mixed-sex sibling dyads. *Child Development*, 51, 1268-1271.
- Abramovitch, R., Corter, C., Pepler, D. J. & Stanhope, L. (1986). Sibling and peer interaction: a final follow-up and a comparison. *Child Development*, 57, 217-229.
- Bargh, J. A. & Schul, Y. (1980). On the benefits of teaching. *Journal of Educational Psychology*, 51, 1268-1271.
- Barry, J. A., Bacon, M. K. & Child, I. L. (1957). A cross-cultural of some differences in socialization. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 55, 327-332.

- Berman, P. W., Monda, L. C. & Myerscough, R. P. (1977). Differences in young children's responses to an infant: an observation within a day-care setting. *Child Development*, 48, 711-715.
- Brody, G. H., Stoneman, Z. & Mackinnon, C. E. (1982). Role asymmetries in interaction among school-aged children, their younger sibling, and their friends. *Child Development*, 53, 1364-1370.
- Camaioni, L. (1980). *Uinterazione tra bambini*. Roma: Armando Armando.
- Carvalho, A. M. A. (1982). Relações entre pares de idade na infância. Comunicação à XXXIV Reunião Anual da SBPC.
- Carvalho, A. M. A. (1987). O estudo do desenvolvimento. *Psicologia*, 13, 1-13.
- Carvalho, A. M. A. (1989). O lugar do biológico na Psicologia: o ponto de vista da Etologia. *Biotemas*, 2, no prelo.
- Carvalho, A. M. A. (no prelo). Etologia e comportamento social. *Anais do IV Encontro Nacional de Psicologia Social*.
- Cicirelli, V. G. (1972). The effect of sibling relationship on concept learning of young children taught by child-teachers. *Child Development*, 43, 282-287.
- Cicirelli, V. G. (1973). The effect of sibling structure and interaction on children's categorization style. *Developmental Psychology*, 9, 132-139.
- D'Andrade, R. (1966). Sex differences and cultural institutions. Em E. E. Maccoby (Org.). *The development of sex differences*. Stanford: Stanford University Press.
- Eisenstadt, S. N. (1976). *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva.
- Ferres, M., Bosh, P., Marin, P. & Adriasola, G. (1981). Estimulación psicosocial temprana dei nino por el nino - Progressando la calidad de la vida humana. *Revista Chilena de Pediatría*, 52, 435-440.
- Freud, A. & Burlingham, D. (1944). *Infants without families: the case for and against residential nurseries*. New York: International Press.
- Goshen-Gottstein, E. R. (1981). Differential maternal socialization of opposite-sexed twins, triplets and quadruplets. *Child Development*, 52, 1255-1264.
- Hay, D. F. & Rheingold, H. L. (1983). The early appearance of some valued social behaviors. Em D. L. Bridgeman (Org.). *The nature of pro-social development*. Orlando: Academic Press.
- Hoffman, M. L. (1977). Sex differences in empathy and related behaviors. *Psychological Bulletin*, 84, 712-722.
- Kohlberg, L. (1966). A cognitive-developmental analysis of children's sex-role, concepts and attitudes. Em E. E. Maccoby (Org.). *The development of sex differences*. Stanford: Stanford University Press.
- Konner, M. J. (1976). Relations among infants and juveniles in comparative perspective. *Social Science Information*, 15, 371-402.
- Krebs, D. (1983). Comentario and critique - cross-cultural approaches to pro-social development. Em D. L. Bridgeman (Org.). *The nature of pro-social development*. Orlando. Academic Press.
- Lamb, M. E. (1979). The development of sibling relations in infancy - a short-term longitudinal study. *Child Development*, 50, 997-1003.
- Lewis, M. e Roseblum, L. A. (1975). *Friendship and peer relations*. New York: Wiley.

- Maccoby, E. E. e Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford: Stanford University Press.
- Mead, M. (1961). *Coming of age in Samoa*. New York: New American Library.
- Mead, M. (1968). *Growing up in New Guinea*. New York: Dell.
- Melson, G. F. e Fogel, A. (1982). Young children's interest in unfamiliar infants. *Child Development*, 53, 693-700.
- Miller, P. e Garvey, C. (1983). Mother-baby role play: its origins in social support. Em I. Bretherton (Org.). *Symbolic play - The development of social understanding*. Orlando: Academic Press.
- Rubin, Z. (1982). *As amigas das crianças*. Lisboa: Publ. Dom Quixote.
- Sagi, A. & Hoffman, M. L. (1976). Empathic distress in the newborn. *Developmental Psychology*, 12, 175-176.
- Samuels, H. R. (1980). The effect of older sibling on infant locomotion in a new environment. *Child Development*, 51, 607-609.
- Stewart, R. B. (1983). Sibling interaction: the role of the older child as teacher for the younger. *Merrill-Palmer Quarterly*, 29, 47-68.
- Stewart, R. B. & Marvin, R. S. (1984). Sibling relations: the role of conceptual perspective-taking in the ontogeny of sibling caregiving. *Child Development*, 55, 1322-1332.
- Vandell, D. L. & Mueller, E. C. (1980). Peer play and friendship during the first two years. Em H. C. Foot, A. J. Chapman e J. R. Smith (Orgs.). *Friendship and social relations in children*. New York: Wiley.
- Watkins, H. D. & Bradbard, M. R. (1984). Young abused children. Knowledge of caregiving behaviors. *Journal of Genetic Psychology*, 144, 145-146.
- Weisner, T. S. (1981). Cities, stress and children: a review of some cross-cultural questions. Em R. H. Munroe, R. L. Munroe e B. B. Whiting (Orgs.). *Handbook of cross-cultural human development*. New York: Garland STPM Press.
- Weisner, T. S. & Gallimore, R. (1977). My brother keeper - child and sibling caretaking. *Current Anthropology*, 18, 169-190.
- Whiting, B. B. (1974). Folk wisdom and child rearing. *Merrill-Palmer Quarterly*, 20, 9-19.
- Whiting, B. B. (1983). The genesis of pro-social behavior. Em D. L. Bridgeman (Org.). *The nature of pro-social development*. Orlando: Academic Press.
- Wispé, L. G. (1972). Positive forms of social behavior: an overview. *Journal of Social Issues*, 28, 1-19.
- Zahn-Waxler, C, Radke-Yarrow, M. e King, R. A. (1983). Children's emotions and behaviors in response to infant cries. *Child Development*, 54, 1522-1528.

Artigo recebido em 23/01/1989.

